#86 SÉRIE III MAIO 2026

anti—capitalista

Esquerda frente à União Europeia

A esquerda e o europeísmo
P. 2

Perguntarias à Marlboro como deixar de fumar?
P. 9

O mito de Europa entre nós e a Antiguidade
P. 11

Editorial

O atual número da Anticapitalista pretende problematizar e pensar a relação da Esquerda com a União Europeia. Os vários contributos atacam esta questão de ângulos muitos diversos, desde a comparação de posições e narrativas da Esquerda portuguesa e europeia sobre a União, o seu funcionamento concreto, a forma de explicar a política europeia, até ao mito da Europa na literatura. Terminamos com umas Teses Finais, que consolidam estes contributos em proposta política, dispensando, assim, a necessidade de um Editorial detalhado como é costume. Deixamos o/a leitor/a então com um breve poema de Natália Correia, poeta e resistente antifascista, sobre a Europa, em relação à qual desenvolveu uma posição muito crítica e pessimista nos últimos anos da sua vida.

Pranto dos Europeus à saída do festim

V

Chamávamos Europa ao sítio onde parou
o sangue que a estrela de seis pontas buscava
onde a sede do corpo por fim chegasse à alma
Esquecidas as letras que a labareda obscura
sabiam apagar ensanguentou-se o livro
Que resta deste campo de girassóis recentes?
um bosque desabado de verticais caídas
com morangos de plástico e crianças perdidas
em corpos estranhados como números chamados
por uma aritmética de vozes sem destino
Por certo nos vestimos de carne prematura
e neste claro escuro de templos e desastres
nos salva a actuação dos ossos que procuram
o centro de uma casta e eterna fixidez
onde os deuses nos fixam com a frieza das jóias
e a vida nos espera para ressurgir de vez

in *O Anjo do Ocidente à Entrada do Ferro* **(1973)**

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 **Editorial**

3 **Não se combatem fantasmas, ou: a esquerda e o europeísmo**
Texto de Catarina Martins

4 **A Esquerda portuguesa e a União Europeia: três visões em confronto**
Texto de Paulo Antunes Ferreira

7 **Esquerdas diferentes, plataformas em comum**
Texto de Alda Sousa

8 **Como explicar a política europeia?**
Perspetivas de Fabian Figueiredo e Manuel Afonso

10 **União Europeia: jogo de forças ou camisa de forças?**
Texto de Pedro Silva

12 **Perguntarias à Marlboro como deixar de fumar?**
Texto de Joana Louçã

13 **¿Quo vadis, Europa?**
Texto de Miguel Urbán com tradução de Maria Manuel Rola

15 **O mito de Europa entre nós e a Antiguidade**
Texto de Sofia Frade

16 **Teses finais: como se posiciona a esquerda frente à União Europeia**
Texto de Daniel Borges, Diogo Machado e Francisco Louçã

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Alda Sousa
Ana Carolina Gomes
Ana Feijão
Andreia Baptista
Daniel Borges
Daniela Rodrigues
Diogo Duarte Silva
Diogo Machado
Duarte Santos
Francisco Louçã
Frederico Portugal
Hugo Monteiro
João Cruz
Lou Loução
Maria Manuel Rola
Maria Paixão
Micaela Gomes
Miguel Heleno
Paulo Antunes Ferreira
Pedro Silva
Rodrigo Silva

Grafismo e ilustrações
Tiago Tavares e Duarte Santos

Participaram nesta edição
Alda Sousa
Catarina Martins
Daniel Borges
Diogo Machado
Fabian Figueiredo
Francisco Louçã
Joana Louçã
Manuel Afonso
Miguel Urbán
Maria Manuel Rola
Paulo Antunes Ferreira
Pedro Silva
Sofia Frade

Depósito Legal 441931/18

Não se combatem fantasmas, ou: a esquerda e o europeísmo

Por Catarina Martins

Em Portugal, a construção da democracia e a integração europeia quase se sobrepõem. Portugal aderiu formalmente à Comunidade Económica Europeia pouco mais de 10 anos depois do 25 de abril. É difícil, décadas depois, distinguir os rumos de uma e de outra, ainda que uma nascida da luta popular e a outra como projeto da burguesia. Fomos construindo a democracia, mas a integração europeia foi-nos acontecendo. E neste acontecendo, determinando e estreitando os caminhos da democracia. Afinal, Portugal nunca sequer referendou algum dos tratados europeus. Como se isso não fosse questão para o nosso povo.

Quando o Bloco de Esquerda nasceu, quase ao virar do século, as questões sobre o modelo de integração europeia eram necessariamente diferentes. A crise financeira internacional vinha longe, mas a globalização era já a marca do tempo. A arquitetura do euro aprofundava uma "Europa a duas velocidades" e os governantes nacionais garantiam que estaríamos "no pelotão da frente". Na alternância de poder, a profundidade do debate não ia além da metáfora desportiva.

O manifesto fundador do Bloco, "Começar de Novo", afirmava a possibilidade - e a disputa - por uma outra Europa. Este europeísmo de esquerda, formulado por Miguel Portas, nasce no contexto da globalização neoliberal e também do entusiasmo e esperança dos fóruns mundiais. Perante a desregulação financeira, a mobilidade do capital e a erosão do trabalho, a resposta não era o recuo nacional, mas a construção de uma Europa capaz do "combate à barbárie que a globalização espalha pelo planeta". Sem falsas ingenuidades sobre o projeto da União Europeia enquanto instrumento de liberalização, o Bloco entrava no debate europeu como um terreno de disputa para uma alternativa social e democrática à escala continental.

A crise financeira internacional e as consequentes crises da dívida soberana rompem este horizonte. Com a classe trabalhadora em perda a nível europeu, o fim do movimento alterglobal e a hegemonia da mentira do norte frugal obrigado disciplinar o sul gastador, desaparece a possibilidade de uma agenda popular comum entre o centro e a periferia do euro. A UE assume-se como agente direto de imposição com a Troika (Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional), numa ruptura que é também jurídica e institucional. O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia não previa tal grau de intervenção, nem a troika existia como entidade jurídica. Ainda assim, os memorandos passam a definir toda a política e com a recusa expressa de qualquer legitimidade democrática.

À esquerda, agora, a proposta europeia só podia ser a recusa das imposições da troika. Na rua juntava-se "Que se lixe a troika" e a proposta política do Bloco é de desobediência. Seria esse o manifesto para as eleições europeias de 2014 e será essa a marca dos debates das legislativas de 2015. Afinal, "Desobeceder à União Europeia", como escreveu José Manuel Pureza, é tanto responder à crise económica e social como resgatar a democracia nos planos nacional e europeu.

Num país em que o debate público tem recusado questionar a arquitetura da União Europeia, este caminho mostrou-se essencial. Foi o que permitiu a afirmação do espaço político à esquerda e o acordo de 2015 que impôs avanços ao governo PS, o único dos últimos 20 anos com conquistas relevantes para os rendimentos do trabalho. O debate e as instituições europeias acabariam também por mudar. Os socialistas juntaram-se à esquerda e aos verdes na rejeição do Tratado Orçamental, que nunca se transformou em legislação europeia, e Jean-Claude Juncker, enquanto presidente da Comissão Europeia, reconheceu a barbárie imposta à Grécia e a Portugal. Ainda que as imposições orçamentais continuassem - com as consequências conhecidas no desinvestimento em serviços públicos e infraestruturas - e se mantivessem as pressões de liberalização das leis do trabalho, esta mudança teria consequências na crise que se precipitou logo depois.

"Quando foi preciso responder à pandemia, suspenderam-se regras que diziam ser intocáveis", constatava Marisa Matias. Regras orçamentais e de mercado suspensas, compra conjunta de vacinas, lançamento de dívida conjunta europeia para financiar o fundo de recuperação. Estes passos, no entanto, não corresponderam a uma nova legitimidade democrática. Pelo contrário, começou aqui uma reconfiguração autoritária de um novo tipo na UE.

Na resposta à pandemia, a Comissão expandiu o seu papel para além do previsto nos tratados. Um processo que se aprofunda na resposta à guerra na Ucrânia, com Von der Leyen a substituir-se ao Conselho e aos governos no anúncio de sanções e apoio militar. Sem instrumentos formais ou democráticos que o permitam, a UE transforma-se em ator geopolítico através do uso de exceções, interpretações extensivas e mecanismos indiretos. A governação por crise torna-se método e a política desliza cada vez mais para a direita.

O centro cede à direita, na esperança de travar o espaço institucional da extrema-direita, e tenta uma agenda progressista sem beliscar o consenso económico liberal. Foi essa a aposta do Pacto Ecológico Europeu, que permitiu a Von der Leyen ser eleita com votos dos socialistas, verdes, liberais, populares e conservadores. Os recuos que se seguiram mostraram os limites dessa estratégia, em que a direita ganhou espaço para dispensar o centro e a extrema-direita se reforçou. A recente votação da Diretiva do Retorno, aprovada por PPE e extrema-direita, confirma a fronteira como o laboratório da Europa securitária e autoritária.

O consenso europeu terminou. No seu lugar emerge outro, mais restritivo, mais duro e cada vez mais permeável à extrema-direita. O apoio europeu ao governo genocida israelita divide internamente socialistas, verdes e até parte da direita, mas permanece intocado. Mais complexa ainda é a relação com Trump, com instituições e grupos políticos a anunciar autonomia estratégia enquanto praticam a submissão. A internacional da extrema-direita, que inclui Putin, agradece.

A União Europeia deixou de ser apenas um terreno de disputa difícil: é hoje um projeto em reconfiguração, onde disciplina económica, recuo social, enfraquecimento ecológico e autoritarismo se articulam. É neste terreno que a esquerda terá de se reinventar. E aí, as propostas que contam não serão sobre os tratados que já quase toda a gente esqueceu mas sim as que permitam articular mobilização popular nacional e europeia: a paz, a habitação, o anti-fascismo, o custo de vida.

A Esquerda portuguesa e a União Europeia: três visões em confronto

Por Paulo Antunes Ferreira

Os programas e estratégias discursivas da Esquerda portuguesa sobre a UE falam três linguagens europeias distintas: a da soberania (PCP), a do confronto radical (Bloco) e a do aprofundamento federalista (Livre).

Introdução

A questão europeia é, para os três partidos de esquerda portuguesa, uma questão divisiva. O Partido Comunista Português (PCP), o Bloco de Esquerda (BE) e o Livre (L) representam três respostas distintas à mesma pergunta fundamental: que relação deve Portugal manter com a União Europeia (UE)? As diferenças não são meramente de grau ou de tom — são, em vários pontos, diferenças de princípio, que espelham genealogias políticas diversas e apostas estratégicas aparentemente incompatíveis. Os três partidos revelam igualmente diferenças em termos de diagnóstico, estratégia e comunicação política sobre a UE, o euro ou a política de defesa, por exemplo, apesar de existirem pontos de convergência em críticas a certas políticas europeias

Neste texto procuramos descrever, a partir de documentos oficiais, entrevistas, debates ou declarações públicas dos últimos quinze anos, as posições destes três partidos sobre a UE ao longo de alguns dos principais dossiês europeus, como a integração em geral, o Euro e a política monetária, as regras orçamentais e o Pacto de Estabilidade. O objetivo é cartografar convergências e divergências com o rigor possível, num texto que não deixará de ser sempre uma análise subjetiva.

Tentaremos ainda analisar as estratégias discursivas com as quais os três partidos comunicam a sua visão da União Europeia, procurando perceber, por exemplo, que narrativas constroem, qual a linguagem usada nessa construção e se a mensagem é clara ou ambígua.

I. A Questão Europeia em geral: entre a rutura, a reforma e o aprofundamento

PCP: rutura como horizonte

O PCP não nega a realidade da integração europeia — Portugal está na UE e o PCP participa nas suas instituições —, mas critica a legitimidade do projeto tal como foi construído.

O programa do PCP assinala que "a adesão de Portugal à CEE, contra a qual o PCP justamente lutou e cujas implicações negativas previu" foi um tema de debate em 1986. No programa para as eleições legislativas de 2024 e 2025, a CDU (coligação eleitoral do PCP com o PEV) defendia a "afirmação da soberania e a independência nacionais, numa Europa de cooperação de Estados soberanos e iguais em direitos, de progresso social e paz entre os povos, rompendo com a submissão à União Europeia".

A adesão de Portugal à CEE em 1986, afirma o PCP no seu compromisso para as europeias de 2024, foi "instrumental" para aprofundar um processo que "comprometeu possibilidades de desenvolvimento, dificultou o planeamento democrático, fixou e reproduziu desigualdades relativas entre Estados". O partido diagnostica uma crise estrutural do projeto de integração: as regras europeias "requerendo a conformação do Estado às ditas 'economia de mercado' e 'livre concorrência' capitalista no mercado único", teriam sacrificado o desenvolvimento soberano dos países periféricos.

Encontramos uma formulação desta visão no seu Compromisso para o Parlamento Europeu em 2024, que enumera seis direções de intervenção: "defender firmemente os interesses portugueses, designadamente nas instituições europeias; minimizar com medidas concretas os condicionalismos e consequências negativas da integração; lutar contra as imposições supranacionais e as limitações à democracia e à vontade dos povos; reclamar e utilizar a favor do progresso de Portugal e do bem-estar dos portugueses todos os meios, recursos e possibilidades; agir especificamente e em articulação com os trabalhadores e os povos de outros países para romper com o processo de integração capitalista". Pode verificar-se que, mesmo evocando uma "ruptura com a submissão à UE", o PCP não apresenta a proposta de saída da UE e os seus candidatos a têm recusado nas recentes campanhas eleitorais.

BE: combate europeu

O Bloco, que se formou 13 anos depois da adesão portuguesa à UE, critica e recusa os tratados constituintes da UE — e em particular da zona Euro —, como mecanismo que acentua as desigualdades entre estados-membros e impõe políticas liberais. Como Marisa Matias, então eurodeputada do BE, declarou em entrevista ao jornal Eco em março de 2019, o Euro "é uma moeda que não favorece a coesão económica, social e territorial. (…) Não havendo uma reforma da zona euro, os objetivos associados a ela são incompatíveis com as funções sociais do Estado e com a sua capacidade de manobra no quadro de exercício das suas competências específicas".

O manifesto do BE para as europeias de 2024 propunha "uma Europa ecológica, justa, solidária, feminista, aberta ao mundo e de Paz". Entrevistada por Daniel Oliveira no podcast Perguntar não ofende, Catarina Martins rejeitou tanto o europeísmo acrítico como um euroceticismo de rutura total. O Bloco considera que a UE está marcada por regras económicas que favorecem desigualdades e limitam políticas sociais mas não rejeita a ideia de cooperação europeia.

A comparação com a posição do PCP é revelada nas filiações europeias: no parlamento europeu, ambos integram o mesmo grupo parlamentar, o The Left (GUE/NGL), onde coexistem com partidos que partilham a crítica social mas não a posição face ao euro; já em termos de partidos políticos europeus o BE integra a ELA (European Left Alliance) enquanto o PCP não integra partidos europeus.

O Bloco ocupa uma posição que tem uma expressão própria nos seus documentos: "insubmissão" à UE dos tratados. O programa do Bloco afirma que "é esse compromisso [com uma Europa de democracia, liberdade e solidariedade] que impõe a insubmissão à União Europeia dos tratados e das regras do euro". Em termos concretos, o Bloco recusa as regras orçamentais dos Tratados, defende a desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental, e - em última instância - "o Bloco mantém a sua defesa da democracia soberana, tornando claro que, se o país for colocado perante um ultimato das instituições europeias para impor novos programas de destruição da economia e dos direitos de quem aqui vive e trabalha, assumirá a defesa da democracia contra a chantagem, incluindo a mobilização dos poderes da soberania democrática e a desvinculação da União Monetária".

O Bloco é membro do GUE/NGL, mas a relação é de pertença crítica, não de alinhamento automático, usando o GUE/NGL como plataforma de intervenção institucional, mas mantendo uma linha própria mais focada na rutura com os Tratados do que na reforma interna das instituições. O partido não partilha o otimismo fundacional sobre a UE e tem uma postura de crítica estrutural (por exemplo, a arquitetura do euro é em si mesma geradora de desequilíbrios, não apenas capturada por más elites). A posição do Bloco diferencia-se quer do reformismo-institucional quer do soberanismo. Se tivéssemos de classificar o posicionamento do Bloco, diríamos que se integra num "europeísmo crítico-ruturista", que aceita a UE como possibilidade mas defende a rutura com os Tratados atuais (Pacto de Estabilidade, regras orçamentais), uma rutura normativa.

Livre: o europeísmo como identidade

O Livre representa uma posição radicalmente diferente: no programa para as europeias de 2024, o

partido define-se como "um partido de esquerda europeísta, que luta por uma democracia europeia resistente e unida".

Esta diferença não é cosmética. Para o Livre, a União Europeia não é um constrangimento a ultrapassar mas um projeto a aprofundar, democratizando-o, tornando-o mais social e ecológico, mas sem questionar os seus fundamentos. O partido integra a família dos Verdes Europeus (European Greens/EFA), que tem, em alguns governos, favorecido políticas liberais (e de apoio ao genocídio de Gaza, no caso do anterior governo alemão). Aceita por isso os tratados europeus e defende a federalização progressiva da União.

Enquanto o PCP fala em "submissão" à UE e o BE em "desigualdades da arquitetura europeia", o Livre fala em "reforço da democracia europeia", em "maior eficiência" das instituições. Num tema como o voto por unanimidade no Conselho, o Livre propõe a sua eliminação para aumentar a capacidade de decisão coletiva — exatamente o oposto do que a esquerda tem defendido.

II. O Euro: da saída negociada à disputa sobre as regras

PCP e a libertação monetária

A moeda única é um dos temas que mais tem dividido, desde a sua criação, a esquerda portuguesa. O PCP é o mais consistente na sua posição oficial: Portugal deve sair da moeda única. O programa eleitoral de 2024 é explícito: "Portugal precisa de se libertar do Euro e dos constrangimentos da integração monetária — condição necessária, embora não suficiente, para o desenvolvimento soberano do país". O partido defende uma "moeda adequada à realidade e às potencialidades económicas do país, aos seus salários, produtividade e perfil produtivo, que concorra para os promover ao invés de os desfavorecer".

A moeda única é um tema que tem dividido a esquerda portuguesa. O PCP argumenta que Portugal deve sair da moeda única, com condições. O programa eleitoral de 2024 é explícito: "Portugal precisa de se libertar do Euro e dos constrangimentos da integração monetária". O compromisso para as europeias de 2024 vai mais longe e propõe a "criação de um programa que enquadre a saída negociada da moeda única dos Estados que voluntariamente o desejem fazer, recuperando a sua soberania monetária, financeira, cambial, orçamental e fiscal; contendo medidas de compensação em caso de evidentes prejuízos causados pela adesão e permanência no Euro". Propõe ainda a "rejeição do aprofundamento da União Económica e Monetária e defesa de medidas que conduzam, a prazo, à sua dissolução". As medidas de compensação ou as medidas que conduzam ao fim do euro não foram explicadas.

João Ferreira, então eurodeputado do PCP, argumentou em 2019, numa entrevista ao Sapo 24: "Não há discussão honesta que se possa fazer sobre o futuro do país, sobretudo sobre o crescimento económico, que deixe de fora a questão da moeda. É para o PCP evidente que, para crescer, o país tem de se libertar da prisão do euro".

Mais recentemente, quando das últimas eleições europeias, João Oliveira, em entrevista no podcast do Expresso Perguntar não ofende, manifestou sobre o Euro uma posição crítica mas mais cautelosa: o PCP considera que a adesão ao Euro foi prejudicial para a economia portuguesa, João Oliveira admite a possibilidade de saída, mas não como decisão imediata ou isolada e defende que uma eventual saída deve ser ponderada, preparada e até sujeita a referendo. Na mesma altura, numa outra entrevista ao mesmo jornal, João Oliveira confirma que o PCP caminhou no sentido de rejeitar uma saída abrupta do Euro, declarando que "se houver alguém que diga que amanhã Portugal tem de sair do euro, opomo-nos a isso, porque uma saída precipitada e unilateral significaria problemas", reconhecendo que o "Euro e as suas políticas [constituem] obstáculos ao desenvolvimento do país" mas que a saída do Euro "não é uma bandeira de campanha nem sequer é a nossa prioridade".

Bloco: disputa sobre as regras do Euro

Em março de 2017, Catarina Martins anunciou que o partido aprovara uma resolução na Mesa Nacional propondo "claramente que, para recuperar a capacidade democrática do país sobre a economia e a finança, é urgente preparar o país para o cenário de saída do Euro ou mesmo do fim do euro". A justificação era a de que "numa Europa em degradação, o nosso país não pode ficar alegremente no pelotão da frente para o abismo europeu e tem de ter capacidade de defender a capacidade produtiva da sua economia, o seu emprego e o seu Estado Social". Dois anos depois, em 2019, Marisa Matias dizia ao Eco: "Dito isto, não defendemos a saída do euro, nunca o fizemos", declaração que gerou controvérsia na imprensa. Na verdade, a resolução de 2017 tinha uma formulação sobre os cenários em que se poderia impor a "preparação para um cenário de saída", completamente compatível com a afirmação de Maria Matias.

A posição atual do BE é a de que o Euro é uma moeda "que não favorece a coesão económica, social e territorial" pelo que se exige uma política de compra de dívida pública pelos bancos centrais, um orçamento europeu com "caráter redistributivo", mecanismos de equilíbrio entre economias excedentárias e deficitárias. Num debate na campanha eleitoral para europeias de 2024, Catarina Martins deixou clara esta posição quanto à moeda única: "certamente que há regras do Euro que têm de ser alteradas para permitir investimento público, para permitir uma transformação ecológica, para permitir Estado social, investimento no SNS". E, no podcast Perguntar não ofende, Catarina Martins deixou a posição do Bloco mais clara do que a do PCP: não defende a saída do Euro como objetivo político, reconhece problemas estruturais no Euro (assimetria entre países, falta de instrumentos comuns), defende alterações estruturais da zona euro, não abandono. O Euro é visto como problemático, mas Catarina não defendeu a saída do Euro.

Livre: o Euro como dado

Para o Livre, a questão da saída do Euro simplesmente não existe. O partido não propõe alterações à moeda única nem questiona a sua existência. A sua crítica à dimensão económica europeia centra-se noutros eixos: maior transparência orçamental, mais democracia nas instituições e a necessidade de alinhar investimento público com objetivos sociais e climáticos. O Euro parece ser, na visão do Livre, um elemento definitivo do projeto europeu que o partido assume e apoia.

Esta diferença reflete a genealogia política distinta do Livre: fundado por Rui Tavares em 2014, o partido tem as suas raízes no federalismo europeu progressista, não na tradição soberanista ou socialista clássica que alimenta o PCP e, em parte, o BE.

III. Convergências e fraturas

Este curto percurso pela posição face à UE e ao Euro permite-nos ver com maior precisão os pontos de convergência e de fratura entre os três partidos.

No sentido da convergência, os três partidos partilham a critica à concentração de poder nos governos das grandes economias europeias e ao défice democrático das instituições da UE. Todos rejeitam os tratados de livre comércio que enfraquecem os padrões laborais e ambientais. E todos são críticos do modelo económico neoliberal que associam às políticas europeias dominantes.

No sentido oposto, o Livre assume o europeísmo federalista como identidade enquanto o PCP e o BE partem de uma tradição crítica e soberanista, mesmo que com formatos diferentes. Mas existem outras diferenças, como sejam a moeda única ou a política de defesa e armamento. Quanto ao Euro, o BE e PCP poderiam coincidir pelo menos na rejeição das regras do euro enquanto na política de defesa os dois partidos rejeitam a criação de um exército europeu e recusam o investimento em armamento, se bem que o Bloco proponha explicitamente a saída de Portugal da NATO e o PCP não, embora proponha a sua dissolução.

Por seu turno, as diferenças são também significativas entre o PCP e o Bloco. O PCP parte de um enquadramento ideológico que interpreta a UE como expressão do capitalismo imperialista e, nessa medida, irreformável, enquanto o BE procura formas de cooperação supranacional, de geometria variável, para concretizar as disputas europeias, mesmo que em questões parciais. Nenhum dos partidos propõe a saída da UE.

A guerra na Ucrânia aprofundou estas divisões. O PCP adotou uma posição que muitos classificaram como apologética da Rússia, mesmo se a posição oficial do partido foi de condenação da "intervenção militar". Para isso muito contribuiu a estratégia discursiva do PCP e a recusa do envio de armamento para a defesa da Ucrânia. O BE condenou a invasão de forma direta, classificando-a como uma guerra imperialista e reclamou para a Ucrânia o princípio da autodeterminação.

VI. Estratégias discursivas

A linguagem usada nos programas oficiais dos partidos e nas posições expressas pelos seus di-

rigentes em entrevistas e intervenções públicas ajuda a perceber como é comunicada a visão e as posições dos partidos face à UE e aos temas comunitários, que argumentos escolhem para passar as suas mensagens, que narrativas constroem para convencer os eleitores.

A análise das posições do Bloco, do PCP e do Livre sobre a integração europeia, tal como expressas nas entrevistas do podcast Perguntar Não Ofende e no debate a oito para as eleições europeias de 2024, revela não apenas divergências programáticas, mas também diferenças profundas de natureza discursiva, estratégica e até epistemológica. O que está em causa não é apenas "mais ou menos Europa", mas sim três conceções distintas da natureza da União Europeia enquanto ordem política e económica, três estratégias diferentes para lidar com essa ordem e três linguagens diferentes para fazer política.

PCP: discurso de rutura com a integração europeia

A comunicação política do PCP centra-se na ideia de que a integração europeia, tal como foi construída, limita profundamente a soberania portuguesa. A narrativa partidária usa termos como "submissão" e "dependência" para caracterizar a relação entre Portugal e a UE, e este discurso é repetido em diversos documentos oficiais ao longo de décadas.

No discurso do PCP a UE surge como uma totalidade coerente e estruturalmente determinada, cuja natureza é intrinsecamente incompatível com a soberania popular. Quando João Oliveira afirma que "a União Europeia não é neutra (…), é um projeto ao serviço dos interesses das grandes potências e dos grandes grupos económicos", o sujeito político relevante não é "Europa", mas sim os interesses de classe e de poder.

Em síntese, a comunicação do PCP é fortemente insistente no sentido de alertar para o que considera serem as "armadilhas" do projeto europeu. A estratégia retórica assenta sobre a soberania, a independência económica e social, bem como sobre a necessidade de recuperação de instrumentos de política económica soberana.

BE: a UE como campo de disputa

O BE adota um estilo comunicacional diferente: o partido não propõe a saída da UEnem do Euro, mas procura enquadrar a sua crítica em termos de disputa democrática e social do espeço institucional europeu. A narrativa centra-se em "mudar as regras do BCE" e reforçar direitos sociais e democráticos a nível europeu.

Assim, o Bloco de Esquerda nunca defendeu explicitamente a saída da União Europeia ou do Euro nos seus programas eleitorais e o seu programa oficial centra-se na resolução de problemas sociais, económicos e climáticos no contexto português.

Em entrevistas e declarações públicas, dirigentes do BE (como Catarina Martins ou, mais recentemente, Mariana Mortágua) frequentemente adotaram um discurso marcado por críticas ao mandato do Banco Central Europeu (BCE), à excessiva rigidez das regras orçamentais europeias e à governação económica dominada por instituições tecnocráticas. Na posição já referida de 2017 o Bloco defendeu apenas ser necessário preparar Portugal para um cenário de saída do euro.

O BE constroi a UE como um campo de disputa política onde coexistem forças neoliberais e possibilidades de resistência, bem representada pela afirmação de Catarina Martins "a Europa tem regras erradas, mas não é inevitável que sejam essas regras. Elas podem ser mudadas". A operação discursiva é distinta da do PCP: a UE não é essencializada; há uma separação entre instituições e possibilidades políticas; existe um conflito no interior da própria UE.

Recorrendo novamente às palavras de Catarina, "o euro tem problemas, mas sair não resolve esses problemas por si só". A linguagem é igualmente de denúncia dos interesses neoliberais e de desconstrução dos processos nocivos, mas é sempre uma linguagem que transmite a convicção na possibilidade de mudança através da luta e da construção de alianças progressistas, uma linguagem que tenta traduzir a crítica em propostas pragmáticas, não cedendo nunca nos princípios. Veja-se o discurso sobre a militarização europeia: rejeição absoluta da militarização, condenação das agressões e da invasão, ajuda ao agredido para se defender.

O BE combina crítica e proposta, comunicando que a Europa é um espaço de luta dos povos e das classes trabalhadoras. A pedagogia do BE centra-se na necessidade de alianças com outras forças europeias de esquerda. A comunicação do BE usa frequentemente termos como "governação económica" e a necessidade de alianças políticas amplas dentro do espaço europeu para contrariar políticas de austeridade.

Livre: discurso europeísta para comunicar a UE como projeto incompleto

O Livre, por sua vez, apresenta um discurso europeísta e em favor de aprofundamento federalista da União Europeia. O discurso partidário fala de uma Europa onde "os cidadãos escolham o programa político da UE nas eleições" e onde instituições sejam mais transparentes e responsivas. O partido propõe reformas institucionais, incluindo mecanismos de transparência, participação democrática direta e cooperação reforçada entre Estados-membros. Rui Tavares, fundador, dirigente e deputado do Livre, tem consistentemente defendido a ideia de que o projeto europeu pode e deve ser transformado "em favor dos cidadãos", expressando posições otimistas sobre a construção de uma UE que responda a desafios sociais, ecológicos e democráticos.

Assim, o Livre constrói uma terceira narrativa: a UE como projeto incompleto, mas normativamente desejável. No debate para as europeias de 2024 Francisco Paupério sublinhou que "a Europa precisa de mais integração, mas com mais democracia" e que "precisamos de completar a união económica e monetária". Trata-se de uma formulação que revela uma visão teleológica da integração europeia, a crença de que os problemas decorrem de insuficiência de integração e não de excesso e uma aposta numa lógica quase federalista. O euro é um adquirido, um projeto incompleto, que necessita de mais integração orçamental e política. A linguagem é mais tecnocrática e orientada para soluções institucionais (por exemplo, "precisamos de regras mais flexíveis e coordenadas" e, em alguns casos, é mesmo adotada a linguagem do mainstream europeu, submetida à lógica institucional europeia (veja-se a posição sobre política de defesa e rearmamento).

VII. Conclusão: três linguagens europeias para três visões da UE

A esquerda portuguesa não apresenta uma posição homogénea sobre a União Europeia. Pelo contrário, evidencia três visões distintas: UE como estrutura de dominação (PCP), UE como espaço de conflito político (BE) e UE enquanto projeto incompleto (Livre). A estas três visões correspondem projetos distintos: rutura soberanista (PCP), disputa (BE) e aprofundamento federal (Livre).

O euroceticismo de esquerda soberanista (Lapavitsasa, Fazi) do PCP vê a UEcomo irreformável e centra-se na recuperação de soberania económica e política face às instituições europeias. O europeísmo crítico do BE aposta na disputa social na UE para mudar as suas regras. O europeísmo federalizante progressista (Piketty) do Livre defende o aprofundamento institucional.

Assim, a Esquerda portuguesa fala três linguagens europeias distintas. O PCP fala a linguagem da soberania: a UE como estrutura capitalista a confrontar. O BE fala a linguagem do confronto radical: combater as amarras neoliberais da UE; o Euro como moeda cujas regras devem ser profundamente alteradas; a NATO como instituição a abandonar em favor de formas de cooperação diferentes. O Livre fala a linguagem do aprofundamento federalista: a UE como projeto incompleto a completar; as suas regras a adaptar, mas não a rejeitar; a defesa da NATO. Em termos simples, para o PCP "a UE é o problema", para o Bloco "a Esquerda tem que convergir para a disputa europeia" e para o Livre "a UE deve avançar mais".

Para além das posições, há diferenças profundas de estilos discursivos e gramáticas políticas. O PCP adota um discurso com um vocabulário onde pontuam "soberania", "dominação", "grandes interesses", e com uma estrutura afirmativa e pouco condicional. Isto poderá traduzir-se em clareza ideológica mas também em menor flexibilidade. A linguagem do Bloco adota um vocabulário marcado por "disputa", "alianças", "mudar", "regras", "alternativa", e uma estrutura sobretudo argumentativa e relacional. Por seu turno, o Livre escolhe um discurso tecnocrático-normativo, onde o vocabulário é marcado por "integração", "coordenação", "Europa", e a estrutura é propositiva e institucional.

Estas três linguagens convergem em alguns debates - orçamental, agrícola, social. Mas na questão mais fundamental - o que é e deve ser a União Europeia - apontam em direções genuinamente diferentes. Compreender esta diversidade e os seus fundamentos é condição para compreender as Esquerdas portuguesas e para pensar as condições ou (im)possibilidades de uma futura política unitária de esquerda.

Esquerdas diferentes, plataformas em comum

Por Alda Sousa

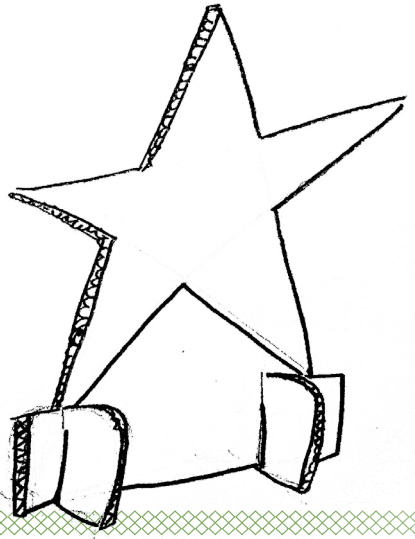
A European Left Alliance for the People and the Planet (https://leftalliance.eu/) constituiu-se como partido europeu em agosto de 2024 e teve o seu primeiro congresso em 13 e 14 junho de 2025 no Porto. Catarina Martins e Malin Björk (Partido de Esquerda da Suécia) são as duas copresidentes do partido. A Aliança é constituída por 9 partidos tão diversos como o Bloco de Esquerda, a France Insoumise, o Razem e vários partidos nórdicos, entre outros, e ainda dois partidos observadores. Embora partilhando um fundo de análise comum sobre a União Europeia que não queremos e sobre o que podem ser políticas alternativas, cada partido que integra a aliança tem um historial e um percurso próprios, resultante da singularidade de cada processo nacional de adesão, das próprias mudanças ocorridas na UE e na situação política europeia e mundial.

Neste artigo procuraremos analisar o percurso de dois desses partidos: a Aliança de Esquerda da Finlândia (Vasemmistoliitto) e o Podemos. A escolha recaiu sobre estes dois por um ser da Europa nórdica e o outro da Europa do Sul. Mas não só. A Aliança foi fundada em 1990, antes da Finlândia ter aderido à UE e antes do Euro. O Podemos foi criado em 2014, num período de crise das dívidas soberanas, de austeridade da troika e de lutas contra essa mesma austeridade. Esse contraste pareceu interessante.

Aliança de Esquerda da Finlândia

A Aliança de Esquerda da Finlândia ficou em 2º lugar nas eleições europeias de 2024, obtendo um resultado impressionante de 17.3% (mais 10% do que nas europeias de 2019). Contudo, só elegeu 3 deputados (dado que a Finlândia só elege um total de 15 deputados europeus), tendo mesmo assim ficado à frente dos sociais-democratas, do partido do centro e dos verdes, que elegeram apenas 2 deputados cada.

A Aliança de Esquerda evoluiu de uma posição bastante eurocética antes do referendo de adesão (1994) para uma posição atual em que é o mais pró-EU dos partidos nórdicos: em 2023, estimava-se que 75% dos eleitores da Aliança de Esquerda viam positivamente a adesão da Finlândia à UE. Como veremos, a história das posições da Aliança relativas à EU é também uma história de grandes divisões internas nos momentos-chave de decisão.



Foi fundada em 1990, através da fusão da Liga Democrática do Povo Finlandês, (FDLP) do antigo Partido Comunista da Finlândia (FCP). Em 1994 houve um referendo nacional sobre a adesão: dividido internamente, o partido decidiu não adotar uma posição no referendo, prometendo respeitar a opinião dos eleitores: alguns dirigentes do partido fizeram campanha contra, outros a favor. A adesão passou com 57%, tendo tido apoio de apenas 24% dos eleitores da Aliança.

Entre 1995 e 2003 o partido participou nos governos do primeiro ministro social-democrata Paavo Lipponen, tendo ocupado as pastas da Cultura, dos Municípios e dos Impostos. Foi um destes governos que abriu o caminho para a adesão ao Euro (1 janeiro 1999). Neste período a Aliança foi suavizando o discurso eurocético e acabou por alinhar-se com uma agenda de forte integração europeia. Mais tarde voltou a integrar o governo, entre 2019 e 2023.

Um outro exemplo é a questão da União Monetária Europeia (UME). No Manifesto aprovado em 1996, a Aliança definiu-se como contrária à criação da UME. Contudo, a direção do partido decidiu organizar uma consulta interna em novembro e dezembro de 1997. O resultado foi 52.4% a favor, 41.5% contra , e os restantes 5.9% optaram por delegar a decisão na direção do partido.

Ao contrário da Aliança de Esquerda da Finlândia, que sempre manteve no mínimo uma posição ambígua em relação à UE, o Partido de Esquerda da Suécia (Vänsterpartiet) e a Aliança Vermelha e Verde da Dinamarca (Enhedslisten) propunham até à década passada a saída da União Europeia. A esta diferença de posição não é certamente alheio o facto de a Aliança ter participado em governos, enquanto que os partidos da Suécia e da Dinamarca apenas fizeram acordos parlamentares, sem terem nunca entrado no governo.

A questão da NATO tinha sido sempre uma linha vermelha para o partido, e manter a Finlândia fora da NATO tinha até sido uma condição para a participação no Governo em 2019. A Aliança estava no governo em 2022 aquando da invasão da Ucrânia. A opinião pública finlandesa, que era anti NATO, mudou rapidamente, passando de 24% em outubro 2021 para 85% em outubro 2022. O Partido ficou dividido, a liderança do partido e ministros posicionaram-se a favor, mas deram liberdade aos deputados, e metade dos deputados votaram contra a entrada da Finlândia na NATO. Atualmente, a linha do partido não questiona a permanência na NATO, e foca-se em reduzir a dependência nos EUA e em influenciar o que acontece na NATO. O programa do Partido aprovado no Congresso de 2025 sublinha que a sua presença na NATO é defensiva e que a Finlândia não deve aceitar armas nucleares, nem bases da NATO nem a presença de tropas da NATO em permanência.

Numa interessante intervenção num encontro da Transform, em 2023, Kalevi Suomela, à altura coordenador do Departamento Internacional, analisou a singularidade do trajeto da Aliança no que diz respeito à UE. Chamou-lhe uma relação enigmática: "enigmática porque a direção do partido olha para a UE como uma possibilidade, enquanto que a maioria dos apoiantes a vê como uma ameaça a valores que consideram importantes".

Podemos

O Podemos é relativamente bem conhecido na esquerda portuguesa. Lançado em 2014 com um manifesto subscrito por um leque alargado de personalidades do ativismo, do sindicalismo, da academia, da cultura e da militância política, apresentou-se como um movimento aberto a toda a cidadania. A sua fundação correspondeu à necessidade de encontrar um "corpo político" capaz de dar continuidade às extraordinárias mobilizações dos Indignados e do 15M e das marés cidadãs e de disputar eleições tendo em vista essa necessidade de mudança. Uma mudança exigente, de confronto não só com os "partidos da casta" (PP e PSOE), mas com as instituições não-eleitas da UE (e não só: também o BCE, o FMI e a Troika) responsáveis pela austeridade e pelo empobrecimento, e pelo esvaziamento dos serviços públicos.

O Podemos apresentou-se às eleições europeias de 2014 com Pablo Iglésias como cabeça de lista. A lista de propostas eleitorais incluía aumento do salário mínimo, a eliminação dos paraísos fiscais, a nacionalização dos serviços públicos e dos bancos que foram resgatados com fundos públicos, entre outras.

Obteve 1.2 milhões de votos, 8% dos votos e 5 eurodeputados (em 54), o que foi um grande sucesso apenas cinco meses depois da formação do partido. Recolheu um apoio popular significativo convertendo-se na terceira força política em 23 das 40 cidades principais do país. O PP ganhou as eleições, o PSOE ficou em segundo.

Esquerdas diferentes, plataformas em comum (cont.)

Nos anos seguintes o Podemos integrou várias iniciativas contra a austeridade, por exemplo as conferências do Plano B, em que diferentes forças da esquerda anti neoliberal europeia, com o objetivo de encontrar alternativas ao garrote da troika e das instituições europeias.

Em 2016, houve eleições legislativas antecipadas no Estado Espanhol e previa-se uma grande votação na coligação UNIDOS PODEMOS (Esquerda Unida e Podemos), que era tida como favorita. Mas o PP ganhou, o PSOE recuperou e ficou em 2º lugar (22.63%) e a coligação UNIDOS PODEMOS ficou em terceiro (21.15%), com mais de 5 milhões de votos, apenas meio milhão a menos que o PSOE.

Após as legislativas de 2019, o Podemos fez um acordo de participação no governo com o PSOE: Pablo Iglésias foi vice-presidente, Ione Belarra ministra dos direitos sociais e Irene Montero ministra da igualdade. Esse acordo não se renovou em 2023.

Em 2025, na Vª Assembleia Cidadã Estatal, realizada já num contexto pós eleição de Trump, são reafirmadas críticas de fundo ao curso armamentista da UE, à sua capitulação perante Trump e ao seu silêncio perante o genocídio de Gaza por Israel. Afirmam a necessidade de construir alternativas políticas com coordenação de esquerdas europeias e a de ampliar a organização dos movimentos sociais. É também afirmada a necessidade de saída da NATO (OTAN NO, BASES FUERA). Tem sido vocal na luta contra a ofensiva de Trump e Netanyahu contra o Irão, bem como em propor medidas de taxação das indústrias do petróleo e da banca para que a crise não afete os mesmos de sempre.

Nota final

A ELA não determina nem substitui as políticas nacionais de cada partido. Mas pode ser uma alavanca extremamente poderosa para campanhas comuns. É muito significativo do ponto de vista político que a primeira grande iniciativa conjunta tenha sido a "Iniciativa de Cidadania Europeia para exigir à Comissão Europeia a suspensão total do Acordo de Associação UE-Israel, tendo em conta as violações dos direitos humanos cometidas por Israel". O objetivo era atingir 1 milhão de assinaturas até janeiro 2027. No momento em que escrevo, já há mais de 880 mil.

Como explicar a política europeia?

Uma ideia de país, uma ideia de Europa

Perspetiva de Fabian Figueiredo

Em 1974, Portugal saía de uma traumática guerra colonial de 13 anos, travada em simultâneo em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e de 48 anos de ditadura fascista que a sustentou. O 25 de Abril encerrou a ditadura e, com ela, o império colonial. Portugal deixava, objetivamente, de ser uma potência imperial autoritária e vetusta para ser um país europeu, democrático e periférico.

Esse percurso histórico tem uma consequência social concreta. Em Portugal, o processo de democratização, a consagração de direitos, liberdades e garantias, o aprofundamento da modernização económica e das condições de vida, e a integração europeia, institucional e imaginada, aconteceram praticamente em simultâneo. Para uma parte significativa da população, estas realidades não se distinguem, fundiram-se na mesma experiência histórica. O resultado é um nível de identificação com a Europa que não tem, praticamente, paralelo na maioria dos outros Estados-membros. Trata-se de um dado sociológico com peso político próprio, que qualquer estratégia de esquerda tem de levar a sério.

A descrição não dispensa uma leitura crítica. A esquerda atua sobre a realidade conhecendo-a. A modernização económica portuguesa foi conservadora: gerida por uma estrutura oligárquica fechada - uma jaula oligárquica, nas palavras de Francisco Louçã, que concentrava a propriedade dos meios de produção num número reduzido de grupos económicos e excluía as classes populares de qualquer participação real nos frutos do crescimento. O período revolucionário tentou romper esse modelo através de nacionalizações, reforma agrária e direitos laborais. A rutura foi real, mas parcial e temporária: as décadas seguintes trouxeram revisões constitucionais, a reversão das nacionalizações, sucessivas vagas de privatizações e liberalizações, e três programas de ajustamento com o FMI. Como demonstra Alexandre Abreu na Análise Social, Portugal transitou de uma democracia de alta intensidade para um regime social-liberal com traços semiperiféricos persistentes - com avanços na proteção social, mas com recuos profundos na democratização económica. A integração europeia foi parte constitutiva central desse processo, não um mero enquadramento externo.

Portugal é, proporcionalmente, o país europeu com maior número de emigrantes. Segundo o Observatório da Emigração, existem hoje cerca de 2,1 milhões de portu gueses espalhados pelo mundo - a maioria em países da União Europeia. Para eles, as decisões tomadas em Bruxelas regulam o acesso ao trabalho, à segurança social, à portabilidade das pensões, à igualdade de tratamento. A esquerda que não tem uma estratégia europeia não tem uma estratégia para esta parte da classe trabalhadora portuguesa - e é precisamente por isso que a questão europeia não pode ser tratada como secundária ou defensiva.

Os governos europeus, através das instituições da UE, impuseram programas de austeridade, constrangeram a democracia orçamental dos países periféricos, aprofundaram a desindustrialização e a desigualdade entre Estados no quadro do Mercado Único. Este diagnóstico é correto, e a esquerda tem a obrigação de o dizer com clareza. Mas reconhecer esse facto não resolve a questão política central: as decisões que afetam os trabalhadores portugueses continuam a ser tomadas nessas instituições, independentemente da posição que a esquerda ocupe face a elas.

A questão não é, portanto, normativa. É tática e estratégica. Os problemas que a esquerda quer resolver - a concentração de capital, a erosão dos direitos laborais, a crise climática, o crescimento do autoritarismo, a guerra - operam a uma escala que ultrapassa o Estado nacional. Uma esquerda que se confine ao quadro nacional perde capacidade de intervenção real sobre os processos que efetivamente determinam as condições de vida dos trabalhadores.

O Bloco de Esquerda integra o The Left no Parlamento Europeu e a ELA - plataformas de coordenação entre forças progressistas, sindicatos e movimentos sociais de toda a Europa. É nesses espaços, com programa e com aliados, que se disputa uma agenda alternativa: emprego com direitos, transição climática justa, reindustrialização verde, segurança social pública, autonomia estratégica e defesa do Direito Internacional e da paz.

A esquerda tem uma tarefa dupla: disputar uma ideia de país e uma ideia de Europa. As duas são inseparáveis. Não para defender o que existe, mas para construir uma correlação de forças diferente.

Para além do europeísmo e do soberanismo

Perspetiva de Manuel Afonso

«E agora que já lá estamos / vamos ter tudo aquilo que desejamos»
Quero ver Portugal na CEE, *G.N.R., 1984*

«Está tudo mal / nesta Europa de Portugal / qualquer dia é tudo francês / ou alemão»
Estupidez, *Xutos & Pontapés, 1992*

Como apresentar ao povo a política de esquerda para a UE?

A tática, o discurso e a agitação são ferramentas para transmitir ao povo uma visão de mundo. Mas há que ter essa visão definida. A fonte do discurso é o programa, que é uma visão de classe sobre a realidade e as tarefas que dela se desprendem. A ordem dos fatores conta. Queremos ser entendidos. Mas não definimos um programa a partir dessa preocupação. O primeiro a saber é que visão temos da UE.

O paradoxo da unificação

A Europa foi berço dos Estados-nação e do capitalismo modernos. A marca dessa origem dupla é um paradoxo: o continente contém demasiadas fronteiras para a dimensão da sua acumulação capitalista, que necessariamente as transcende. O colonialismo e as guerras europeias foram as tentativas de resolução deste paradoxo pelos métodos tradicionais do capitalismo: morte e saque.

A UE nasce como uma tentativa de superar este paradoxo. Os países centrais, reconstruídos após a Segunda Guerra, e a nova potência global (EUA) pretendiam a estabilidade do continente vizinho da rival URSS. Numa etapa histórica aberta pelas revoluções anticoloniais, o projeto europeu serviria de plataforma «pós-colonial» para exportação de capitais para as antigas colónias, subordinada ao domínio imperialista estadunidense. Internamente, a unificação económica e política permitia o fluxo de capitais e pessoas, amenizando as tensões bélicas causadas pelo «excesso de fronteiras».

O que não significou uma unificação horizontalista – antes uma hierarquia que relega a periferia para um estatuto quase semicolonial e canaliza a riqueza para o centro. A UE tornou-se a principal ferramenta das classes dominantes centrais para anularem a soberania popular na política económica e externa e no controlo sobre a «governança». Mesmo o ideal limitado da democracia liberal se reduziu a um simulacro formal. O esmagamento das políticas antiausteridade do Syriza, em 2015, poderia parecer o maior exemplo disso. Mas o facto de essa ameaça ter sido excecional e de quase todo o espectro político – do neofascismo a uma parte da esquerda – ser composto por visões gerencialistas do *status* neoliberal é o maior exemplo do esvaziamento democrático. Uma política social-democrata coerente é proibida pelos tratados europeus. Trata-se da ditadura do extremo-centro.

Reconhecer como a unificação «solucionou» o grande problema histórico do continente e permitiu a consolidação de classes médias e de processos de ascensão social é entender o lastro ideológico do projeto europeu nas massas populares. Lembrar que, atualmente, esses ingredientes se encontram fatalmente danificados é igualmente essencial.

A maioria das visões da esquerda portuguesa sobre a UE não conseguiu, até hoje, responder a essa realidade contraditória. São unilaterais. A esquerda «europeísta» não vê o papel imperialista da UE, interno e externo. Outros, adotam uma visão soberanista de «libertação nacional» que se torna numa defesa conservadora das instâncias nacionais, à procura de um suposto capital produtivo nacional, não-monopolista, ao mesmo tempo que desvaloriza o lastro colonial de uma formação social herdada de um longo império.

Um projeto internacionalista (diferente de europeísta!) reconhece o desafio da unidade continental. Reclama para si o projeto europeu, pela mão dos povos, em choque aberto com o das elites. Não deixa que isso se confunda, através de ambiguidades táticas, com uma reforma da UE; nem reduz o seu internacionalismo a uma prioridade europeia: a sua é o combate prioritário ao campo imperial em que estamos integrados. Contra todos os imperialismos, antes de mais contra o «nosso».

Não começa na UE

Tudo isto conta. Mas é substrato. A Esquerda deve ter um programa para transformar radicalmente Portugal. O internacionalismo não nega que a luta de classes começa em cada estado nacional. Só a partir de um programa para Portugal podemos ter uma política de choque com a UE que seja entendível pelo povo.

O desafio é atualizar um projeto ecossocialista para Portugal. Chavões à parte: um programa para recuperar o controlo popular sobre o nosso país e as nossas vidas. Controlo sobre o território, sobre o tempo para viver, sobre os políticos e as instituições. Sobre o futuro. Tudo o que nos foi roubado (pela UE também).

Anticapitalistas que somos, sabemos que tal projeto implica o confronto direto com a ditadura do mercado – com o domínio do capital sobre os bens comuns, as vidas individuais, a democracia e a soberania. Implica a provisão maciça de bens públicos, o fim da concorrência desigual promovida pelas regras europeias em que monopólios esmagam a economia; a recuperação pública de empresas estratégicas e a criação de novas (no setor digital e farmacêutico, por exemplo); a proteção face à competição internacional selvagem da agricultura de proximidade e de outros setores de pequena produção; a imposição de barreiras a fluxos financeiros extrativistas na habitação, no acesso a recursos naturais e à paisagem, no turismo.

Na política de defesa, a esquerda deve ter uma proposta radical assente na soberania energética, alimentar e digital, na recuperação de capacidade industrial (podemos defender a nossa zona marítima sem estaleiros?) e na autonomia para o estabelecer alianças pragmáticas que protejam Portugal de guerras alheias. Uma política popular de defesa nacional – proibida pela UE e a NATO.

Sem uma proposta coerente, realista e radical de transformação de Portugal, qualquer oposição à UE e à NATO soa a capricho ideológico. Para falar ao povo, há que falar com quem se prepara para o poder. Não se trata de propagandear uma «ruptura» com a UE ou mesmo uma «desobediência». Mas sim dizer qual a política da Esquerda uma vez no poder e como confrontarmos, ora com choque, ora com negociação, o poder europeu a partir daí. Como o faz a Hungria e Espanha. Aliás, a dimensão ibérica como primeiro espaço de pertença e de alianças deve merecer uma reflexão à esquerda, pois responde a uma dúvida real e latente no nosso povo – será Portugal viável sem «a Europa»? Responder a estas questões sem dogmas nem vacilos é construir uma Esquerda para vencer.

Partir da experiência

A experiência popular com a UE é complexa. Inclui a nostalgia do contrato social, a valorização da abertura ao mundo e da democratização, associadas (erradamente, mas de facto) à UE. Mas também a experiência da austeridade, da abertura de mercados, que expôs os pequenos produtores e comerciantes, a desindustrialização e a destruição da agricultura, de empregos, comunidades e modos de vida. Hoje, a economia da guerra permanente acelera o empobrecimento, mas também tem também um enorme impacto moral e psicológico.

Poucos elementos da política contemporânea são tão desvalorizados como a perda de centralidade da Europa e do Ocidente no xadrez mundial. Um choque tectónico que está a mudar as formas políticas liberais. A UE, expoente dessa ordem liberal, não ficará incólume.

Uma política popular compreensível é uma narrativa. Estabelece um «nós» e um «eles», aponta aspirações maioritárias e, a partir delas, um conflito passível de ser resolvido pela mobilização social e uma esquerda audaz. Essas coordenadas estão dadas pela realidade. Não nascerão de habilidade discursiva, mas de um programa radical para transformar Portugal. Invistamos nisso.

União Europeia: jogo de forças ou camisa de forças?

Por Pedro Silva

O candidato às presidenciais apoiado pelo LIVRE, Jorge Pinto, afirmou num debate que não desiste da União Europeia apesar dos seus defeitos, assim como não desistiu de Portugal quando Pedro Passos Coelho era Primeiro-ministro. A UE encerra um jogo de forças, asseverou, e a obrigação da esquerda é estar presente nesse jogo de forças.

Este artigo não pretende resolver o debate sobre se a União Europeia é ou não susceptível de ser transformada num sentido substancialmente mais justo. Procurará, contudo, explicar algumas das graves dificuldades que se antepõem a todos os que lutam por maior justiça e menos desigualdade dentro das instituições existentes. A natureza dessas dificuldades significa, como se verá, que a comparação entre o quadro europeu e o quadro nacional é pouco elucidativa.

Funcionamento da UE

O principal mecanismo decisório da União Europeia é o procedimento legislativo ordinário, que junta três das suas principais instituições, o Conselho, o Parlamento e a Comissão num processo complexo e frequentemente sinuoso, em que cada um destes órgãos desempenha um papel distinto. Este é o principal mecanismo através do qual a UE produz directivas e regulamentos, por exemplo. O poder na União Europeia está ainda concentrado, em grande medida, no Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) cuja função é interpretar o direito europeu e garantir o seu cumprimento.

O TJUE tem sido, a par da Comissão, protagonista na promoção da 'integração negativa' – integração europeia assente na criação de mercados e no alargamento destes a áreas onde antes a distribuição se fazia de acordo com outros critérios. O TJUE tem interpretado a liberdade de movimento de bens, serviços, estabelecimentos e pessoas como significando acesso dos mercados a cada vez mais áreas. As regras da liberdade de movimento permeiam hoje muitíssimas áreas das legislações nacionais. Têm sido invocadas para contestar judicialmente várias medidas sociais mesmo que estejam isentas de qualquer móbil proteccionista e para cercear a acção sindical.

As decisões do TJUE de interpretação dos tratados só podem ser ultrapassadas através de alterações aos textos. Estas, por sua vez, requerem ratificações por parte de todos os Estados-membros da União. Por outro lado, as decisões do tribunal que interpretam legislação ordinária não podem ser superadas sem uma iniciativa da Comissão que obtenha uma maioria qualificada no Conselho da União Europeia e, usualmente, uma maioria absoluta no Parlamento Europeu. Fritz Scharpf, catedrático que estuda a integração europeia, disse em 2010 que a diferença cada vez maior entre preferências dos Estados-membros torna este processo praticamente impossível. Scharpf conclui que as interpretações do direito europeu, feitas pelo TJUE, são muito mais imunes a alterações políticas do que as decisões da maioria dos tribunais nacionais.

No que resta deste artigo, atentaremos alguns domínios de política pública em que a UE coloca grandes dificuldades à acção dos estados.

Contratação pública

Uma das formas através das quais os estados podem promover mudanças no perfil da economia é a definição de critérios quando recorrem à contratação pública. A escolha de um prestador de serviços deveria poder atender a critérios como os níveis salariais, o fosso salarial entre os gestores da empresa e os trabalhadores com remunerações mais baixas, igualdade de género na empresa, e diversos aspectos de ordem ambiental. Durante muito tempo, os Estados-membros da União Europeia estiveram obrigados, por conta de directivas de 2004, a atender apenas aos critérios do preço e do rácio preço-qualidade. A situação evoluiu em 2016 quando entrou em vigor uma nova directiva que permitiu que os estados se ativessem a critérios de índole ambiental e social. A despeito desta mudança, subsistem grandes dificuldades na invocação destes critérios. Um estudo sobre o impacto social das normas de contratação pública da União Europeia, a pedido da Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego do Parlamento Europeu, diz isso mesmo. "*The Social Impact of Public Procurement – Can the EU do more?*" dá conta de que a obrigatoriedade da existência de um nexo entre os critérios estipulados e a tarefa para a qual o Estado contrata um serviço ("subject matter") tem sido interpretada de uma forma muito restritiva. Tem tornado a inclusão de critérios de natureza social e ambiental uma tarefa extremamente técnica e difícil. As autoras do estudo, Valentina Caimi e Silvia Sansonetti, notam que, por exemplo, as condições de trabalho poderiam ser consideradas, por defeito, um aspecto de relevo para qualquer prestação de serviços.

Estratégia industrial

Se um Estado-membro da UE quiser adoptar uma estratégia industrial e mudar o perfil da sua economia, tem muitas dificuldades em fazê-lo ao abrigo das regras da União Europeia. É provável que esbarre no artigo 107 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), respeitante a ajudas de Estado. Não se pode mudar o perfil de uma economia sem que o sector público e o Estado desempenhem um papel activo na mobilização de recursos e na criação de incentivos. Não se trata de escolher 'campeões nacionais', mas de garantir apoios a determinados sectores com competências e que sejam promissores sob o ponto de vista do desenvolvimento económico.

O sector público pode ser crucial para garantir a canalização de capital para comunidades mais desfavorecidas. Se o Estado quiser ainda promover uma melhor distribuição de capital apoiando a compra de empresas de determinados sectores ou locais por parte de trabalhadores, dificilmente o pode fazer no quadro da UE. Tudo isto seria considerado uma forma de auxílio estatal e só é permitido se for compatível com o mercado interno e não distorcer a concorrência. A avaliação sobre se estes critérios são ou não preenchidos é uma decisão inteiramente discricionária por parte da Comissão Europeia. A sua jurisprudência neste tema, porém, apenas permite ajudas em casos muito excepcionais.

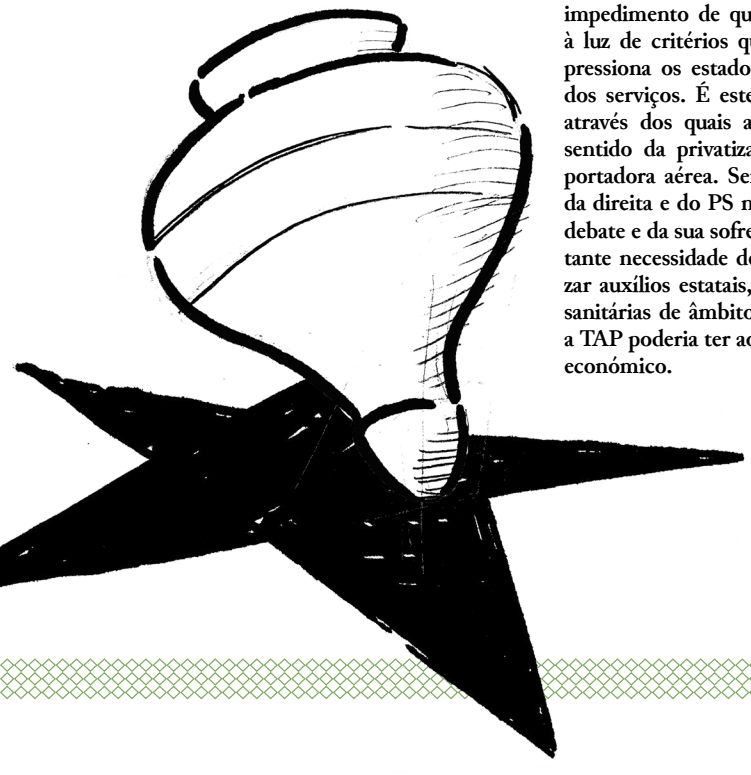
Joe Guinan dirige uma organização em favor de estratégias de criação de riqueza que protejam comunidades da decadência, a *The Democracy Collaborative* A estratégia passa justamente por orientar capital para sectores, actividades e regiões de maneira a contrabalançar as tendências do mercado. A ideia não é prevenir o aparecimento de novos sectores, mas sim o de garantir que o advento ou o desaparecimento de uma determinada tecnologia, suponhamos, não fulmina comunidades inteiras. Guinan publicou um artigo académico em 2017 sobre os grandes constrangimentos que a UE traz a este tipo de abordagens ("*Forbidden fruit: The neglected political economy of Lexit*").

Este grau de restrições também se aplica à concessão de ajudas de Estado a entidades públicas. Um Estado-membro da União não pode atribuir apoios a entidades públicas caso seja ilegal

atribuir o mesmo apoio a uma entidade privada. Poder-se-á pensar que isto é de elementar bom senso; se assim não fosse, as entidades privadas do mesmo sector estariam sujeitas a discriminação negativa. Este raciocínio ignora, porém, as diferenças entre o sector público e o sector privado. As empresas estatais têm, frequentemente, o propósito de proteger cidadãos e utilizadores das forças privadas ou o objectivo de realizar investimentos que o sector privado não realiza. É importante que algumas instituições do Estado, em nome da igualdade de acesso a determinados serviços, possam sofrer perdas pelo facto de oferecem serviços que não são comercialmente lucrativos. A proibição de apoios do Estado a entidades públicas impede-as de cumprir o seu papel e obriga-as a actuarem dentro dos moldes do sector privado concorrencial.

Liberalizações e Privatizações

O artigo 106 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia dá ao TJUE poder para decidir se um Estado pode ou não reservar uma determinada área de actividade ao sector público. Isto choca com o princípio razoável de que os estados devem ter a prerrogativa de decidir sobre o modelo de propriedade de diferentes bens e serviços. Choca também com a verosímil ideia de que a justiça social requer que um conjunto de bens e serviços sejam fornecidos pelo Estado em regime de exclusividade.



Por outro lado, o artigo 59 do Tratado permite que o Conselho da União Europeia, através de uma maioria qualificada, e o Parlamento Europeu emitam directivas que obriguem os Estados-membros a liberalizar determinados sectores. Desde a década de 1980, houve uma forte pressão no sentido de que os Estados-membros limitassem a provisão pública nos sectores da energia, transportes, telecomunicações, serviços postais, saúde e educação e os abrissem ao sector privado. Podemos, desta feita, considerar que a jurisprudência do TJUE tem enfraquecido muitíssimo os papéis dos estados.

Será que estas possíveis perversidades da União Europeia não dependem, sobretudo, da orientação dos governos nacionais? Danny Nicol, professor de direito público, considera esta hipótese em *The Constitutional Protection of Capitalism*. Imaginemos que um determinado governo pretende que a União Europeia introduza legislação que permite reverter a liberalização de um sector. Como poderia actuar? Isto dependeria de uma proposta de lei por parte da Comissão Europeia, que teria de ser aprovada pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. É altamente provável que o TJUE acabasse por considerá-la contrária à liberdade de movimento e de estabelecimento. Podemos concluir que a UE encara qualquer nacionalização com desconfiança. As privatizações e as liberalizações, porém, são, por via de regra, bem-vindas.

Vale a pena referir que estes diferentes constrangimentos se complementam e não funcionam de forma isolada. A resistência às ajudas estatais e o impedimento de que empresas públicas operem à luz de critérios que não sejam concorrenciais pressiona os estados no sentido da privatização dos serviços. É este, aliás, um dos mecanismos através dos quais a UE pressiona Portugal no sentido da privatização da sua principal transportadora aérea. Sem prejuízo das graves culpas da direita e do PS na forma como estreitam este debate e da sua sofreguidão privatizadora, a constante necessidade de obter permissão para realizar auxílios estatais, até em momentos de crises sanitárias de âmbito global, limitam o papel que a TAP poderia ter ao serviço do desenvolvimento económico.

Regras Orçamentais da União Económica e Monetária

Ao longo deste artigo, debruçámo-nos sobre alguns aspectos da UE que abrangem toda a união supra-nacional. Existem, contudo, muitos outros constrangimentos problemáticos que são específicos da zona euro. Os Estados-membros da União Económica e Monetária são obrigados a praticar uma forte dose de austeridade enquanto a dívida pública não estiver significativamente abaixo dos 60% do PIB. Estão condenados a um desvio imenso de recursos das economias em favor do pagamento a investidores. Trata-se de recursos que podiam ser aplicados em saúde, habitação, educação e ciência. Tendo em conta o alto endividamento de vários países da zona euro e o facto de a UE rejeitar soluções como reestruturações de dívidas, isto pode significar a perpetuação de austeridade durante décadas.

As novas regras de governação económica da zona euro, em forma de planos fiscais de médio-prazo, são apresentadas como uma abordagem mais flexível do que as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Tratado sobre a Estabilidade, Governação e Coordenação, mas aumentam a discricionariedade da UE na avaliação das medidas de austeridade dos Estados-membros e manêm metas orçamentais muito rígidas.

Se é certo que estes aspectos seriam sempre problemáticos sob o ponto de vista da luta pela justiça social, o presente momento de desigualdades colossais torna-os críticos. A proliferação da automação e da inteligência artificial significará a necessidade de pôr em marcha modelos inovadores de posse de capital com o fim de garantir que os proventos da evolução tecnológica revertem a favor de todas as pessoas e diminuem as desigualdades. Isto requer que os Estados-membros tenham, à sua disposição, um amplo catálogo de instrumentos. A utilização de várias destas ferramentas colide com os tratados da União Europeia.

Podemos, portanto, concluir que a UE enferma de perversidades 'constitucionais', que não se verificam à escala portuguesa. Seja qual for a estratégia que assuma em relação à União, a esquerda não deve iludir ninguém nem iludir-se a si mesma sobre as grandes dificuldades que enfrenta no plano europeu.

Perguntarias à Marlboro como deixar de fumar?

O papel dos lobbies na determinação de políticas da UE

Por Joana Louçã

Com cerca de 30 mil lóbistas, Bruxelas é a segunda capital do mundo com mais profissionais do lobbying, depois de Washington DC. A sua presença tem um impacto físico na cidade, com a criação de uma arquitectura do poder no bairro que circunda as instituições europeias, onde a máxima do imobiliário "location, location, location" não podia ser mais clara. Os prédios são maioritariamente edifícios de escritórios luxuosos, e quem os ocupa não está lá por acaso. As estratégias e técnicas de lobbying têm ficado cada vez mais subtis e sofisticadas, e vou falar neste texto das consequências que têm, mas por vezes ainda têm uma componente muito física e mesmo básica. Um eurodeputado holandês descreveu-me uma vez, por exemplo, como foi seguido até dentro da casa de banho por um lobista da indústria fóssil que o queria obrigar a ouvir o seu ponto de vista!

7500 pessoas têm um passe de lobista para aceder ao Parlamento Europeu, o que significa que podem entrar e sair sempre que quiserem, sem qualquer supervisão (ao contrário de todas as outras pessoas que visitam as instituições) e podem organizar eventos dentro do mesmo. Há uns anos atrás estava em discussão a reforma do REACH (o regulamento relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas), a principal legislação da UE destinada a proteger a saúde e o ambiente das substâncias químicas. Na altura, várias investigações começaram a estabelecer uma ligação entre uns químicos, neocotinóides, e o declínio da população de abelhas e outros insectos polarizadores. Em plena batalha pela proibição destas substâncias, a gigante alemã BASF, usando um grupo de fachada chamado "Rede de Biodiversidade das Abelhas" organizou uma exposição dentro do Parlamento Europeu em que reduzia o impacto negativo dos pesticidas e atribuía "outras causas" ao declínio da população de abelhas.

Existe um registo de transparência da UE, onde as empresas autodeclaram quanto dinheiro gastam em lobbying, sobre que temas estão a trabalhar e quem têm contratado com acreditação para entrar no Parlamento Europeu. Segundo o registo de transparência, as empresas e as suas associações corporativas (por exemplo, uma empresa como a Volkswagen actua directamente, mas também enquanto membro da Associação Europeia de Fabricantes Automóveis) gastam cerca de 1.3 biliões de euros por ano. Este valor refere-se apenas ao nível da União Europeia, porque as principais indústrias também se dedicam ao lobbying nos diferentes países. Porém, como esse registo é autodeclarado, este valor é seguramente uma sobre estimativa.

Há uns anos atrás a Monsanto (que actualmente pertence à Bayer) contratou a gigante empresa de comunicação Fleishman Hillard (que ocupa o primeiro lugar no ranking de quem mais declara gastar em lobbying na UE, mais de 11 milhões anualmente) para trabalhar sobre a autorização de utilização do glifosato. Este é o pesticida mais utilizado mundialmente, também conhecido pelo nome comercial de Round Up, e há décadas que se acumulam estudos e provas da sua ligação com determinados tipos de cancro e outros problemas de saúde. Na altura, a Monsanto declarou no registo de transparência que pagou 1.4 milhões à Fleishman Hillard pelo trabalho, mas um whistleblower divulgou documentos que provaram que na verdade tinha pago dez vezes mais, 14.5 milhões. E a indústria nunca gastou tanto dinheiro em lobbying como o faz hoje em dia. Apenas as 50 empresas que mais despendem em lobbying, gastam cerca de 200 mil milhões de euros por ano na UE - um aumento de dois terços em relação a 2015.

Como se vê pelos exemplos acima, há uma enorme falta de transparência em tudo o que rodeia a determinação de políticas da UE, ao qual se soma o déficit democrático das instituições (a única que tem capacidade legislativa, a Comissão Europeia, é constituída por membros que não são eleitos pelos cidadãos europeus). Um outro problema é quem é consultado pela Comissão Europeia para sugerir a melhor via de acção. Parece absurdo, mas as instituições europeias têm falta de pessoal, e, porque têm de possuir um conhecimento ao mesmo tempo generalizado e hiper especializado, ao mesmo tempo técnico e político, muitas vezes recorrem a peritos. Estes grupos de peritos são escolhidos pela própria Comissão e, surpresa das surpresas, são dominados pelas empresas e, pior ainda, pelas empresas que têm um conflito de interesses claro, pois beneficiam das decisões tomadas pela Comissão. Por exemplo, depois da crise económica de 2008, a Comissão criou um grupo de peritos para arranjar soluções para sair da crise. O grupo era presidido por Jacques de Larosière, figura sénior da indústria financeira, e quatro dos oito elementos do grupo estavam ligados às mesmas gigantes da banca que tinham sido responsáveis pela crise para começar (Lehman Brothers, BNP Paribas, Goldman Sachs e Citigroup). A Comissão recebeu recomendações sobre como regulamentar o sector financeiro do próprio sector financeiro. Não admira que a reforma do sector tenha sido tão pouco ambiciosa. Mais recentemente, depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, a ainda presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, anunciou a criação de um grupo para ajudar a UE a abandonar o gás russo e prever as necessidades futuras por parte da UE. O grupo foi criado a pedido da BP, Total e Eni e dele constavam apenas empresas, a larga maioria das quais de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que a Comissão se recusava a receber representantes de grupos ambientalistas. É mais um claríssimo exemplo de um conflito de interesses, dando ao lóbi do gás o poder de influenciar a política energética da UE em resposta à invasão, claramente estamos a prolongar a nossa dependência em combustíveis fósseis.

Mas em 2026 não poderíamos falar de lobbying na Europa sem referir o mais poderoso sector, que gasta mais dinheiro a influenciar as políticas europeias do que alguma vez algum sector gastou. 151 milhões é quanto os gigantes da indústria tecnológica, big tech, declaram gastar anualmente em lobbying em Bruxelas, um aumento de 56% em relação a 2021. Os nomes mais sonantes são a Meta, Amazon, Google, Apple e Microsoft, e os tech bros não gastam dinheiro em vão, o dinheiro garante presença e acesso. Presença pois há neste momento 890 lóbistas declarados a trabalhar para essa indústria - são mais do que os eurodeputados. E acesso porque as cinco empresas que referi - apenas essas cinco - tiveram em média três reuniões por cada dia de trabalho com decisores políticos, duas por dia com eurodeputados, uma com membros da Comissão. Tudo isto enquanto as regras e os nossos direitos digitais da UE estão sob enorme pressão - tanto externa, pelo governo de Trump, como interna pela própria Comissão -, pondo em perigo leis como o RGDP e a regulamentação da IA. O poder dos tech bros não é apenas sem precedentes, é altamente preocupante e acontece à medida que o lobbying por parte da indústria lhes garante acesso a aspectos cada vez mais essenciais da sociedade, da informação que consumimos à infra-estrutura digital da qual dependemos.

Desde 2005 que a ONU implementou o Quadro para o Controlo do Tabaco, um acordo (assinado pela UE e todos os estados membros), que exige que os lóbistas da indústria tabaqueira não possam estar presentes quando se estão a decidir políticas de saúde pública. Volto, então, à pergunta que dá título a este artigo: pedirias conselhos a uma empresa de tabaco sobre como deixar de fumar? Claro que não, e da mesma forma qualquer indústria com conflito de interesses não pode ter um lugar na mesa de negociações de políticas públicas que vão afectar todas as pessoas. A boa notícia é que há um precedente, exactamente com a indústria do tabaco. Basta implementá-lo nos outros sectores.

¿Quo vadis, Europa?

Por Miguel Urbán
Tradução de Maria Manuel Rola

«A Europa não pode continuar a ser a guardiã da velha ordem mundial, de um mundo que se foi e não voltará» (…). «Uma política exterior que seja um pilar básico da independência europeia, que proteja os nossos interesses e faça avançar os nossos valores. Não com nostalgia nem lamentando o velho mundo, mas dando forma ao novo1». A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarava com estas palavras o fim do velho mundo baseado no direito internacional, posicionando-se claramente ao lado dos Estados Unidos e Israel na sua agressão militar ilegal ao Irão, uma campanha que alterou o equilíbrio de poder no Oriente Próximo e Médio, desestabilizou os mercados energéticos mundiais e abriu uma brecha pública entre os aliados ocidentais.

Apesar das palavras de Von der Leyen sobre o fim da ordem mundial terem sido contestadas por diferentes instâncias da União Europeia - como a presidência do Conselho Europeu, com António Costa a reivindicar uma «ordem internacional baseada em regras», não seria a primeira vez que os dirigentes do bloco comunitário divergiam publicamente. Era, contudo, uma das ocasiões em que mais claramente se evidenciavam as diferenças que atravessam o seio da UE. Apesar da posterior retificação da Von der Leyen, ninguém pode ocultar que essas divergências existem e se ampliam cada vez mais num mundo em transformação vertiginosa.

Isto porque a União Europeia está submersa numa crise existencial praticamente desde que perdeu o horizonte de um projeto de unidade política, depois das derrotas no referendo do projeto de Constituição Europeia em França e nos Países Baixos. No entanto, a rejeição popular do modelo de integração europeia não só foi ignorada pelas instituições e elites europeias, como, pelo contrário, acelerou o ritmo das reformas estruturais sob a máxima de que é preferível decretar a perguntar.

Na ausência de uma constituição política, afundou-se no constitucionalismo de mercado, no conjunto das normas comunitárias, destacando o Tratado de Lisboa, que, ainda que não tenha formalmente o caráter de Constituição, foi erigido como um acordo entre Estados com categoria constitucional. Uma espécie de constituição económica neoliberal que consagrou as famosas regras de ouro: estabilidade monetária, equilíbrio orçamental, concorrência livre e sem interferências.

A aplicação do artigo 50 do Tratado de Lisboa, através do qual se exerceu a separação britânica da União, aprofundou a crise existencial nas instituições europeias que pareciam assistir impassíveis ao seu lento desmoronamento. Contudo, justamente, a saída do Reino Unido do clube europeu abriu uma possibilidade até então bloqueada pelos britânicos: a integração militar. No seu discurso sobre o estado da União de 2016, com o referendo do Brexit ainda morno, o ex-presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker rompeu com o tradicional tabu europeu nas questões militares e falou num fundo de defesa comum, um «quartel-general europeu» e uma «força militar comum» para «complementar a NATO».

Desta forma, nos corredores de Bruxelas abria-se o caminho à velha aspiração militarista, defendida calorosamente por uma França necessitada de um exército europeu para velar pelos seus interesses neocoloniais em África, ainda que tenhamos de esperar por 2022, com a invasão russa da Ucrânia como pretexto, para a justificação de uma reconfiguração da integração da União Europeia em tom militar que viesse complementar a Europa dos mercados consagrada no Tratado de Lisboa.

Umas veleidades militaristas europeias que não respondem ao sentimento conjuntural de insegurança perante a ameaça russa, mas que são, antes, parte fundamental de um projeto estrutural de longo alcance que procura reorientar a União Europeia como potência num contexto geopolítico de policrise, marcado por uma nova corrida à recolonização do mundo e pela intensificação da concorrência interimperialista.

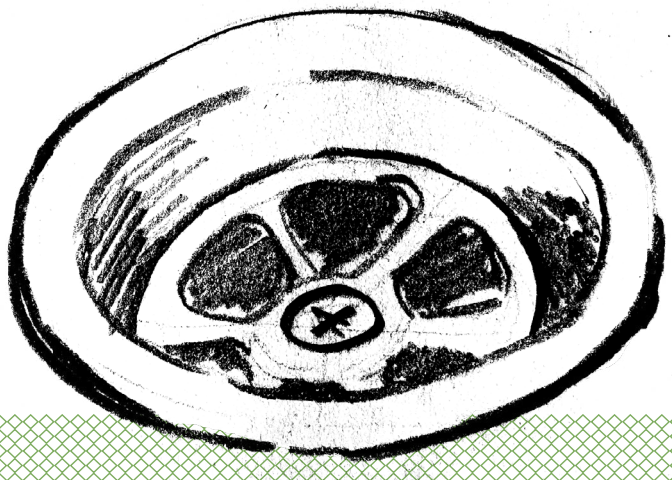
Neste contexto, o rearmamento da Europa desempenha diversos papéis chave num novo projeto de EU-potencia, tanto externos – falar a língua dura do poder no quadro da necessidade de assegurar as rotas comerciais que garantem o abastecimento de matérias-primas essenciais de que a Europa carece – como internos: construir um novo modelo de integração europeia já não apenas baseado no mercado, mas também na dimensão securitário-militar, ao mesmo tempo que se empreende uma mudança de modelo produtivo através de uma reindustrialização militar.

Neste sentido, em março de 2024 a Comissão Europeia apresentou a primeira Estratégia Industrial de Defesa2, que propõe um ambicioso conjunto de novas ações para apoiar a competitividade da indústria de defesa em toda a União. A finalidade primordial é melhorar a capacidade de defesa do bloco europeu, promovendo a integração das indústrias dos Estados-Membros e reduzindo a dependência na aquisição de armamento fora do continente. Definitivamente: preparar a indústria europeia para a guerra. Como afirmou Von der Leyen perante o Parlamento Europeu: se «a ameaça da guerra pode não ser iminente, não é impossível», chegou a hora que a «Europa dê um passo em frente3».

1 https://elpais.com/internacional/2026-03-09/von-der-leyen-europa-ya-no-puede-ser-la-guardiana-del-viejo-orden-mundial-de-un-mundo-que-ha-desaparecido.html

2 https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_24_1321

3 https://elpais.com/internacional/2024-03-03/europa-se-pone-en-pie-de-guerra.html?event_log=oklogin



¿Quo vadis, Europa? (cont.)

Um ano depois, a presidente da Comissão apresentava com pompa e circunstância o «ReArm Europe», um novo aumento do gasto militar europeu sem precedentes: até oitocentos mil milhões em quatro anos. Para isso, relaxam-se as omnipresentes regras de disciplina fiscal, permitindo o endividamento dos vinte e sete Estados-membro; favorecem-se novos empréstimos aos Estados através da reforma do Banco Europeu de Investimento (BEI) e, inclusivamente, permite-se que os governos desviem verbas destinadas aos fundos de coesão para o gasto militar. O que nunca foi possível para construir uma Europa social, torna-se agora possível para construir uma Europa da guerra.

Um plano de integração militar europeu onde emerge um conceito chave: a autonomia estratégica, desenvolvida no Strategic Compass, um plano de ação para reforçar a política de segurança e defesa da UE com o horizonte de 2030, impondo um modelo de defesa que já não se baseia na manutenção da paz, mas sim na proteção de infraestruturas críticas, da segurança energética, no controlo de fronteiras e proteção das «rotas comerciais chave». Isto é, proteger os interesses europeus assegurando a «autonomia estratégica» da UE. Porque, como afirma Mário Draghi «Num mundo em que os nossos rivais controlam grande parte dos recursos de que necessitamos, temos de ter um plano para garantir a nossa cadeia de abastecimento — desde os minerais essenciais até às baterias e à infraestrutura de carregamento4». A remilitarização europeia não deixa de ser o passo necessário para poder falar a língua dura do poder que assegure as matérias primas e os recursos indispensáveis às empresas europeias.

Posto isto, a remilitarização europeia não se pode dissociar do aumento da agressividade comercial, extrativista e neocolonial da União Europeia para acelerar o passo na corrida imperialista pela disputa de recursos escassos. Neste quadro são inseridos novos mecanismos de investimento, como o Global Gateway, um pacote de investimentos público-privados que pretende mobilizar 300.000 milhões para tentar competir com o Belt and Road da China – isto é, a nova Rota da Seda – com o qual a UE aspira consolidar o seu papel na ordem mundial, contrariando o crescimento da presença chinesa em todo o mundo, especialmente nos setores ligados às infraestruturas e conexões.

Desta forma, a agenda de investimentos Global Gateway e a nova vaga de acordos comerciais que a UE tem impulsionado nos últimos anos — a renovação dos tratados com o Chile e o México, a conclusão do acordo com o Mercosul, a assinatura de parcerias estratégicas sobre matérias-primas com uma dezena de países — foram concebidas no quadro da autonomia estratégica da UE, com o claro objetivo de assegurar o acesso das transnacionais europeias aos recursos minerais dessas regiões. A concorrência global de posicionamento nos novos mercados verdes e digitais, face à imparável hegemonia da China, está na origem da velocidade de cruzeiro com que a UE tem impulsionado um conjunto de instrumentos destinados a garantir uma disponibilidade segura e abundante desses minerais5.

Uma estratégia de choque, com tambores de guerra de fundo, que está a ser utilizada pelas elites europeias não só para cumprir o seu velho objetivo de uma integração militar europeia, mas também para reforçar um modelo federalista oligárquico e tecnocrático. Isto foi precisamente o que propôs abertamente Mário Draghi no seu relatório recente "O Futuro da Competitividade Europeia", encomendado diretamente pela presidenta da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Uma estratégia para travar o declínio económico da União Europeia face a outras potências e que aposta em acelerar a criação de mecanismos de decisão conjunta das instituições europeias com o objetivo de favorecer a união dos mercados de capitais da UE e de poder atuar em melhores condições na cada vez mais intensa corrida de competitividade com as outras grandes potências, estejam elas em declínio ou em ascensão, após o fim da globalização feliz (Urbán e Pastor, 2024).

Mas o mundo está a evoluir muito mais depressa do que as instituições europeias conseguem digerir. Um bom exemplo disso é a forma como as tarifas alfandegárias — expressão máxima da guerra comercial nos primeiros meses deste segundo mandato trumpista — deram lugar às intervenções militares como forma suprema de política externa6. Um unilateralismo autoritário que fez explodir não só o direito internacional dos direitos humanos, que sempre foi frágil e esteve permanentemente entrelaçado com questões geopolíticas, mas também o próprio modelo de governação global. Uma espécie de desglobalização em que talvez o mais paradigmático seja o facto de o próprio império norteamericano que construiu a atual arquitetura multilateral de governação a esteja agora a desmontar.

Neste sentido, a capitulação da Europa, ao aceitar a chantagem trumpista das tarifas alfandegárias, não representa apenas um acordo entre os dois blocos que mais bens e serviços trocam no mundo — com toda a importância económica que isso implica —, mas constitui também um balão de oxigénio fundamental para a estratégia trumpista de guerra tarifária, na qual submeter a UE desempenha um papel essencial no seu projeto geopolítico. Isto permite-nos antever o novo cenário que se desenha, em que a ambição imperial trumpista é, como explica Enzo Traverso, o produto de um enfraquecimento: «Os Estados Unidos renunciaram à pretensão de dominar o mundo, tal como o imaginaram após o fim da Guerra Fria7», para se contentarem em dominar o seu espaço geopolítico de influência e posicionarem-se numa relação de forças mais favorável para disputar o resto do mundo com a China.

O mundo em que os EUA é o ator predominante de uma cultura e de uma política global desvanece-se lentamente para dar lugar a outro diferente. A desestabilização é tão profunda que é muito provável que estejamos num momento charneira na história mundial. O velho mundo em que a UE foi criada — como advertiu Von der Leyen — já não existe e não voltará. A pergunta que agora paira sobre a Europa é se chegará a tempo de se converter numa potência militar, extrativista e numa fortaleza securitária, alcançando um pouco da sua ansiada "autonomia estratégica" face ao império norteamericano. Ou se se fragmentará, aprisionada pelas suas contradições internas entre o que foi e o que não conseguiu ser. Uma mudança de época histórica em que emerge um Quo Vadis, Europa?

4 https://geopolitique.eu/en/2024/04/16/radical-change-is-what-is-needed/

5 https://vientosur.info/global-gateway-alianzas-publico-privadas-para-el-control-de-fronteras-y-el-extractivismo-neocolonial/

6 https://www.elsaltodiario.com/capitalismo/gaza-venezuela-cuando-paralegalidad-coloniza-derecho-internacional

7 https://jacobinlat.com/2025/07/autoritarismo-y-democracia-en-el-siglo-xxi-2/

O mito de Europa entre nós e a Antiguidade

Por Sofia Frade

O conceito de Europa, assim como o seu mito, nasce na Grécia Antiga, embora não ao mesmo tempo, nem de forma estável ou definitiva. De resto, a identidade Europeia assenta frequentemente numa narrativa de continuidade com esse passado clássico, que nem sempre conhecemos, mas onde gostamos de nos rever.

O "berço" da Europa

Europa era, na mitologia grega, uma princesa fenícia que, como comumente acontece na mitologia, Zeus desejou. Para se aproximar dela, Zeus vai transformar-se num touro branco. Ao ver a sua beleza, Europa aproxima-se, e sobe para o flanco do animal. Zeus começa a correr e rapta Europa, levando-a para Creta onde terão três filhos. É esta imagem de Europa em cima de um touro a correr sobre o mar que frequentemente encontramos na iconografia, nomeadamente, ainda hoje, na moeda grega de 2 euros. No século V a.C. Heródoto (Histórias 4.45) já encontra vários problemas na relação entre este mito e o continente da Europa, não só porque para o autor nem a Fenícia, nem Creta fariam parte da Europa, mas em primeiro lugar porque não compreende porque é que a terra, que é uma, está dividida em três continentes - Europa, Ásia e Líbia (África) - ou quem definiu as suas fronteiras.

Quer o mito, quer as perplexidades de Heródoto, falam-nos de uma cultura muito mais centrada no mediterrâneo oriental do que em qualquer coisa a que hoje chamaríamos "Europa". No entanto, é exatamente dessa proximidade cultural que nascem muitas das narrativas que estabelecem uma identidade cultural grega (e que com o tempo se irá metamorfoseando em europeia ou ocidental) por oposição a uma cultura "bárbara" (ou oriental). Encontramos esta narrativa de oposição entre "civilização" e "bárbaros" num dos primeiros textos na literatura ocidental, na descrição na Ilíada (XVIII 478-608) do escudo de Aquiles onde em torno dos vários elementos civilizacionais gregos encontramos o grande rio Oceano, espaço do caos e do desconhecido, espaço dos monstros "do mar tenebroso" que Ulisses encontra nas suas viagens na Odisseia. No entanto é na Atenas do século V a.C., depois da vitória grega sobre os persas, que vamos encontrar talvez a mais importante cristalização destes temas na antiguidade.

O "berço" do Orientalismo[1]

A vitória grega sobre os persas no início do século V a.C. tem um impacto imenso na construção da imagem que os atenienses têm sobre si mesmos. Após as pesadas derrotas que infligem ao inimigo em Maratona e Salamina, Atenas surge no contexto grego como potência militar capaz de rivalizar com Esparta. Mas, Atenas, que estava então em processo de democratização, acreditará que o seu poder militar vem da sua recém-formada democracia, de o seu exército ser composto por homens livres com plenos poderes políticos. A ideologia democrática de Atenas é, assim, reforçada por esta oposição ao grande império persa. Nas décadas seguintes, ao reconstruir a acrópole, os atenienses vão fazer-se representar como o baluarte da civilização, da racionalidade, da humanidade face a todas as ameaças bárbaras e monstruosas: os gigantes, os centauros, as amazonas e, claro, os persas. A sua vitória é a vitória da civilização face à barbárie. Mas se a iconografia nos apresenta uma narrativa de alto contraste, conseguimos encontrar retratos mais complexos. Um exemplo disso são os Persas de Ésquilo, representados ao mesmo tempo que se iam fazendo os trabalhos de reconstrução da acrópole, e a única tragédia com um tema histórico que sobreviveu. Esta tragédia transporta-nos para a capital do império persa, Susa, durante a derrota dos persas em Salamina. É, claro, uma celebração dos vencedores, mas é uma celebração que se centra nos derrotados e que, de alguma forma, os humaniza suscitando a empatia.

Antes do touro, a vaca

Mas é noutra peça de Ésquilo que me quero focar: As Suplicantes. Aqui Ésquilo põe em cena um grupo de jovens mulheres que chegam à Grécia em busca de refúgio contra um casamento que rejeitam. Estas mulheres vêm do Egito e contam-nos a história da sua antepassada Io. Io não é só antepassada destas jovens Danaides, é também a trisavó de Europa. A história começa da mesma forma: com Zeus tomado de desejo por Io, sacerdotisa de Hera. Mas desta vez Hera, mulher de Zeus, antecipa-se e transforma Io numa vaca para a tentar afastar do marido. Claro que os seus esforços são em vão e Io, ainda em forma de vaca, acabará acossada por um moscardo enviado por Hera, que a fará atravessar os três continentes (dado nome ao Bósforo - lit. "passagem do boi") e chegar ao Egipto onde, depois de dar à luz Épafo, filho de Zeus, este lhe devolve a forma humana.

As Danáides invocam esta relação com Io para reclamarem asilo a Pelasgo, rei de Argos. A identidade destas jovens mulheres é alvo de forte tensão na peça, se por um lado Pelasgo vê nelas uma "aparência bárbara", fica perplexo ao ver que compreendem e cumprem os rituais gregos, nomeadamente os que pertencem ao seu estatuto de suplicantes. A esta indefinição, a peça contrapõe Pelasgo e os argivos, que parecem representar a cultura grega. Argos, em As Suplicantes, não é apenas grega; é, na verdade, a Grécia. O rei Pelasgo controla toda a Grécia continental, honra os deuses e os costumes gregos. Os elementos democráticos do poder de Pelasgo e o seu recurso à assembleia (ecclesia) aproximam Argos, de facto, da Atenas democrática que acolheu originalmente a representação desta peça. O facto de os cidadãos de Argos optarem por ajudar estas jovens, reforça a narrativa Ateniense de se apresentar como aquela que está sempre pronta a resolver os problemas daqueles que mais precisam e a acolher os estrangeiros no seu seio. Os "bons estrangeiros", claro está, os que, como as Danaides, reconhecem e seguem os costumes gregos.

Já no século V a.C. essas narrativas são construídas com a criação de falsas dicotomias que implicam, por um lado, como teorizou Said, uma "orientalização" do outro; mas também uma versão modificada da própria realidade. É que a Atenas democrática nunca viveu esses ideais que proclama e tinha políticas rigorosas que visavam controlar os estrangeiros ou mesmo o acesso de suplicantes à cidade. A Atenas da "salvação" algumas décadas depois das representação de Pelasgo no teatro de Dioniso e da sua assembleia que decide proteger as jovens Danaides irá na sua assembleia decidir matar toda a população da cidade de Melos porque recusam ser seus aliados políticos e militares na guerra que estão a perder contra Esparta.

O mito da Europa: "nós e os outros"

Se estes mitos vão ocasionalmente voltar a entrar na discussão sobre a Europa e a(s) sua(s) identidade(s) ao longo dos tempos, as ideias que lhes subjazem vão estar muito mais presentes. À ideia de civilização e salvação, com a sua democracia, racionalidade e jurisprudência, vai ressurgindo de diversas formas, mas ao mesmo tempo a construção de uma identidade europeia por oposição a um identidade bárbara e/ou oriental vai estar, nas suas muitas metamorfoses, no centro das narrativas da europa justificando muitas vezes guerras, exploração ou o colonialismo.

Em momentos de crise a Europa volta com frequência a este espaço da antiguidade para legitimar a sua identidade e a sua posição no mundo. Mas frequentemente volta para reconstruir uma narrativa binária, tantas vezes Eurocêntrica, que romantiza o passado. Essa narrativa não é nova. O "eu" e o "outro" dessa narrativa vão mudando ao longo dos séculos: o "eu" europeu passa da Grécia para Roma, para se fragmentar em múltiplas identidades e se reagrupar na União Europeia; também o "outro" será muitas coisas: dos Persas ao Islão, passando por múltiplas identidades no colonialismo europeu. Mas a romantização do passado e da própria identidade está lá desde o primeiro momento, a simplificação do mundo em eixos binários: o mal a combater e a solução a oferecer. E talvez estejamos condenados a cometer os mesmos erros ou, quem sabe, possamos aprender alguma coisa com eles se formos capazes de abandonar o conforto do binarismo para discutir a complexidade da narrativa europeia e da sua realidade.

1 Orientalismo, como conceito teórico, foi desenvolvido por Edward Said, no livro com o mesmo nome, e designa o olhar estereotipado e exótico com que a cultura ocidental frequentemente olha para o oriente, criando um sistema binário de nós vs. eles.

Teses finais: como se posiciona a esquerda frente à União Europeia

Por Daniel Borges, Diogo Machado e Francisco Louçã

1. O que é a União Europeia?

A atual UE resulta de um processo rápido de convergência entre as burguesias europeias: o acordo para o mercado comum do carvão e do aço (CECA), a criação das Comunidades Económicas Europeias, a criação da União Europeia com o Tratado de Maastricht e, a partir daí, o euro. Ao longo destas sete décadas, formou-se uma burocracia europeia e entrelaçaram-se capitais e interesses empresariais, se bem que as burguesias mantenham bases locais, que as definem a partir dos Estados nacionais. Assim, a atual UE é uma coordenação política com instituições fortes - e legalmente e para-constitucionalmente blindadas a modificações sem consenso dos governos dominantes - que operam ao serviço do capital financeiro transnacional e nacional e que condiciona as políticas nacionais, em particular dos países semi-periféricos, se e quando estas possam restringir a acumulação de capital. A influência dos lóbis a nível europeu, documentada por Joana Louçã, demonstra-o de forma cristalina.

É esta a natureza do projeto europeu - o neoliberalismo institucionalizado, uma burocracia insulada de influência democrática, a derrogação da soberania nacional e da possibilidade de políticas autónomas de desenvolvimento, a cristalização de assimetrias entre o centro e a periferia. O contributo de Pedro Silva demonstra com clareza os vários mecanismos que fecham de facto o espaço a uma alternativa política de esquerda no contexto da União Europeia.

2. De onde vem o apoio difuso às instituições europeias?

Como destacam Catarina Martins e Fabian Figueiredo nos seus contributos, a simultaneidade dos processos de democratização e consolidação do Estado Social em Portugal com a adesão à CEE fez com que um senso comum europeísta se consolidasse na nossa percepção histórica. Não pode ser ignorado que a hegemonia social das instituições europeias tem sido reforçada pela experiência geracional de programas inclusivos, como o ERASMUS+, ou pelos efeitos simplificadores das deslocações que o euro garantiu, ao abolir a transação cambial num período de viagens facilitadas. Essas transformações operam um efeito de credibilização de instituições não democráticas, nomeadamente porque permitem um poder executivo que dispõe de capacidade legislativa determinante, um parlamento esvaziado, um sistema de justiça que bloqueia a autonomia das políticas nacionais e um modelo de poder em que a ação discricionária é autorizada aos governos dominantes e ao BCE.

No entanto, este é um apoio difuso, mantido não por uma adesão ideológica ao projeto europeu, mas paradoxalmente por um afastamento das instituições e do funcionamento da União Europeia, o que o torna passível de ser disputado. O período da crise do euro e das dívidas soberanas, que desembocou na aplicação de duros programas de austeridade em países da Zona Euro, incluindo Portugal, abriu uma brecha, aparentemente temporária, no consenso europeu, mas surgem neste momento novas contradições possíveis de serem exploradas politicamente pela esquerda anticapitalista, como a viragem militarista, a crise ecológica e o desmantelamento do Estado Social.

3. Qual é o programa da Esquerda frente à União Europeia?

A base política da esquerda é a representação da classe trabalhadora e a sua expressão numa soberania nacional em que se conjuga a luta democrática, ou procurar o reconhecimento da maioria popular, e o combate anticapitalista, ou a socialização da economia. A esquerda parte de um programa para o país e assim define o que deve ser «a política da Esquerda uma vez no poder e como confrontamos, ora com choque, ora com negociação, o poder europeu», como sublinha Manuel Afonso.

No entanto, nenhum projeto de esquerda pode fechar-se no plano nacional. Como a necropolítica e o ascenso do neofascismo demonstram, ou como o poder da coordenação institucional europeia prova, os interesses de capital e as forças políticas e ideológicas que os representam são internacionalizadas e só podem ser vencidas em escala internacional. Como destaca Fabian Figueiredo, o tamanho da nossa diáspora e a resposta a crises internacionais e existenciais implicam um programa político para a Europa, em continuidade com o programa nacional, mas que também dispute outra ideia da Europa, vendo a União Europeia como um um terreno de disputa e uma espaço de construção de alianças para uma agenda alternativa e para reformas concretas.

A esquerda disputa o espaço de representação e atua em todas as instituições e escalas nacionais e europeias. Não abdica de apresentar propostas no Parlamento Europeu. Procura criar movimentos europeus e transnacionais, como sobre os direitos reprodutivos, o direito de asilo e de migração, a coordenação de medidas para as metas da transição climática, ou o desarmamento e o fim das guerras, tanto mais que em algumas destas dimensões a política nacional não é eficaz. Os eurodeputados de esquerda trabalham dentro do sistema para confrontar o sistema; movimentos sociais internacionalistas ou transnacionais pressionam a CE a adotar posições (Greve Climática/Greve Feminista) ou a recuar no que tem sido a sua política (Movimento Contra Austeridade/Palestina). Todos em diferentes escalas e com diferentes objetivos, mas articulam-se com táticas e meios diversos.

4. Como explicamos a nossa política europeia?

A capacidade de apresentar alternativas depende da relação de forças. A esquerda apresenta com clareza a sua visão sobre as instituições europeias, recusando a lógica destas. A esquerda não espera uma transformação institucional da UE, conhecido o bloqueio dos seus tratados e da sua estrutura de poder. Denunciamos com firmeza o caráter antidemocrático das instituições europeias, as imposições arbitrárias de disciplina orçamental, os obstáculos que os tratados colocam a uma política soberana de desenvolvimento nacional, a arquitetura do euro como naturalizadora de desigualdades entre centro e periferia.

No entanto, o primeiro caminho da esquerda deve ser promover um senso comum crítico a partir de enfrentamentos, como sejam sobre a cumplicidade da Comissão e dos governos com o genocídio de Gaza ou a guerra no Líbano e no Irão, os recuos sobre políticas ambientais, a liberalização económica para destruir os serviços públicos e os bens comuns. Não é apenas o discurso sobre a natureza da UE que formará uma maioria; só poderá ser a experiência da vida da população trabalhadora que alicerce a confiança numa alternativa realizável.